

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA 4 FEVEREIRO 2018



I. A INTERVENÇÃO DA TROIKA EM PORTUGAL DEU COBERTURA A UM GOLPE NA PROTECÇÃO DO TRABALHO NA LEGISLAÇÃO LABORAL PORTUGUESA QUE AINDA PERDURA E QUE URGE REVERTER.

Esse golpe é o culminar de um processo longo de liberalização do mercado de trabalho, que dura há várias décadas e foi levado a cabo por governos do PS, PSD e CDS. A desvalorização do trabalho pelas alterações da legislação laboral ocorridas entre 2012 e 2014 resultou no aumento do tempo de trabalho (eliminação de 4 feriados, de 3 dias de férias e do descanso compensatório), na redução do valor pago pelo trabalho realizado e na destruição da contratação coletiva. Só por via das mudanças no Código do Trabalho, PSD e CDS levaram a cabo uma transferência direta de rendimentos do trabalho para o capital de cerca de 2,3 mil milhões de euros.

Apesar do fim do memorando e da nova maioria política, esta carga permaneceu na forma como as relações entre patrões e trabalhadores se desequilibraram, aumentando a pressão para a baixa dos salários, diretos e indiretos. Além do aumento do Salário Mínimo Nacional, a única alteração à legislação laboral que interveio especificamente sobre esta matéria foi a reposição dos feriados, uma das primeiras leis desta maioria. Apesar de conquistas importantes - lei do “reconhecimento especial do contrato de trabalho” (combate aos falsos recibos verdes); nova lei de combate ao assédio no trabalho; alterações legais para combater a utilização fraudulenta da “transmissão de estabelecimento” para encapotar despedimentos -, o Código do Trabalho permanece intocado nos seus aspetos fundamentais.

A lei laboral que temos é, ainda hoje, a do anterior Governo PSD/CDS, que degradou o código de 2009 que já tinha rebaixado os direitos dos trabalhadores. Só neste contexto se pode compreender os dados recentemente vindos a público que apontam para uma tendência consistente de estagnação salarial. Esta tendência foi demonstrada nos Barómetros do Observatório sobre Crises e Alternativas e na atualização do Livro Verde das Relações laborais. Os dois estudos chegam a conclusões semelhantes a partir de fontes de dados diferentes.

A atualização do Livro Verde das Relações Laborais mostra níveis de aumento real das remunerações declaradas à segurança social bem abaixo de 1%. Estes dados são influenciados positivamente pela devolução dos cortes na função pública e o aumento do Salário Mínimo Nacional. O Barómetro do OCA mostra, aliás, que a Remu-

neração Ilíquida média dos novos contratos aumentou quase em paralelo com o aumento do SMN. Sem estas medidas, o cenário seria ainda mais decepcionante. Para este facto, contribui sem dúvida o peso dos contratos não permanentes no trabalho por conta de outrem (22% contra 14% em média na União Europeia). Esta situação é ainda mais grave entre os jovens. Dois em cada três jovens trabalhadores por conta de outrem têm contratos não-permanentes (44% na União Europeia). Se é verdade que o emprego tem crescido, não é menos verdade que a criação de emprego no sector privado através de contratos não-permanentes tem sido muito mais rápida do que através de contratos permanentes (4,2% contra 1,9% em 2016).

O peso dos contratos não-permanentes é um problema laboral grave com um impacto fortíssimo na segurança social, nomeadamente no sistema de pensões. Nos últimos três anos, dois em cada três pedidos de subsídio de desemprego deferidos decorreram da caducidade de contratos de trabalho com termo. A precariedade pesa na vida dos trabalhadores diretamente, mas também através da carga que coloca sobre a segurança social.

Finalmente, a redinamização da contratação colectiva está muito aquém do necessário. O número de trabalhadores potencialmente abrangidos por convenções colectivas publicadas em 2017 continua muito abaixo dos valores pré-troika (2011) e é menos de metade dos valores pré-crise (2008). Acresce que as novas convenções são negociadas sob chantagem patronal (dada a possibilidade legal de a entidade empregadora fazer caducar a convenção em vigor de forma unilateral) e num quadro salarial profundamente degradado, o que pressiona para baixo o seu conteúdo. Ainda assim, os salários convencionados registaram em 2016 e 2017 os primeiros aumentos nominais desde 2011 e aumentaram acima da média, demonstrando a importância deste instrumento.

Não espanta, portanto, que as organizações representativas do patronato façam da imutabilidade da legislação laboral o seu ponto crucial nas negociações com o Governo e na concertação social. Os patrões sabem que a legislação laboral atual trabalha todos os dias para desequilibrar ainda mais os pratos da balança entre capital e trabalho. É por isso que foram absurdos os compromissos anteriormente assumidos pelo PS no sentido de aceder a esta exigência patronal. Mas o alibi do acordo promovido pelo governo em concertação social (que bloqueou abertamente a lei da contratação coletiva e

implicitamente toda a restante legislação laboral) está hoje caduco e o governo sem pretexto para a paralisia.

Nos últimos meses têm-se registado importantes casos de resistência e mobilização laboral. As lutas na PT/Altice e da Autoeuropa, a greve dos temporários da Randstad, dos mineiros da Somincor, dos enfermeiros ou dos trabalhadores das cantinas, bem como a lição de dignidade das trabalhadoras da Triumph são apenas alguns exemplos. Mas muitos destes casos evidenciam também o impacto do desequilíbrio inscrito na legislação do trabalho e de relações de abuso e despotismo patronal muito para além da lei. Daí também a urgência de articular a organização no local de trabalho com mobilização e alianças sociais e políticas para mudar a legislação laboral.

Neste quadro, o Bloco reafirma a importância de implementar, antes do final da presente legislatura, as seguintes medidas:

1. DEVOLVER RENDIMENTOS: RETOMAR O VALOR DO TRABALHO SUPLEMENTAR E DAS COMPENSAÇÕES

Em 2012, a lei diminuiu para metade a remuneração do trabalho suplementar e a majoração em caso de isenção de horário de trabalho. Este corte teve um efeito duplo: diminuiu os rendimentos dos trabalhadores e prejudicou a criação de emprego, ao incentivar o preenchimento de necessidades de trabalho com horas extraordinárias a metade do preço. Entre 2011 e 2013, as compensações devidas aos trabalhadores por cessação de contrato, diminuíram de 30 dias (um mês por cada ano de serviço) para 12 dias de retribuição base e diuturnidades. Recuperar o valor do trabalho extraordinário e os valores das compensações é essencial para concretizar a devolução de rendimentos.

2. ACABAR COM O ABUSO NOS CONTRATOS A PRAZO E PENALIZAR OS EMPREGADORES PELA ROTATIVIDADE

O novo emprego criado é enquadrado por uma legislação laboral que autoriza que os novos postos de trabalho, mesmo correspondendo a necessidades permanentes, sejam preenchidos com contratos a termo certo, pelo simples facto de se aplicarem a desempregados ou a jovens à procura do primeiro emprego ou de se enquadrarem em “início de atividade”. Eliminar as exceções na lei que permitem contratos a prazo para necessidades permanentes é um compromisso constante do programa do Governo e que tem de ser concretizado. O Bloco defende também a aplicação da designada “taxa de rotatividade”, que penaliza os empregadores que recorrem a contratos não permanentes, agravando nestes casos a TSU patronal, e opõe-se a qualquer baixa da TSU patronal para compensar esta medida.

3. DEFENDER O EMPREGO E COMBATER O NEGÓCIO DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO

O Bloco levará à negociação com o Governo a proposta de quatro alterações fundamentais ao regime do trabalho temporário: a) impedir o recurso ao trabalho temporário para funções permanentes, limitando-o a seis meses e estabelecendo um máximo de renovações para o mesmo posto de trabalho, a partir do qual o contrato se torna efetivo; b) proibir o recurso a ETT por parte do setor empresarial do Estado; c) excluir as ETT de benefícios fiscais de apoio à “criação líquida de emprego”; d) reforçar a fiscalização e a atuação da Autoridade para as Condições de Trabalho.

4. PROTEGER OS TRABALHADORES DOS DESPEDIMENTOS

Além da reposição do valor das compensações e indemnizações por despedimento, o Bloco bate-se pela eliminação da figura do despedimento por inadaptação, que prevê o despedimento sem critérios objetivos nem comportamento culposos do trabalhador e que tem sido utilizado como veículo de pressão e de assédio. O Bloco bate-se também por novos mecanismos de combate às insolvências fraudulentas e de garantia dos direitos dos trabalhadores, designadamente alargando o Fundo de Garantia Salarial e repondo os períodos de atribuição de subsídio de desemprego, bem como por um novo regime do Trabalho por turno.

5. RECONSTRUIR A CONTRATAÇÃO COLETIVA PARA AUMENTAR SALÁRIOS

A reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador e a garantia da continuidade das convenções coletivas são a forma de relançar a negociação coletiva. As atuais convenções são o produto do desequilíbrio profundo introduzido nestas negociações. O fim da caducidade das convenções é condição da recuperação da posição da posição coletiva do trabalho nas relações laborais e do aumento do salário.

Sem uma ação determinada na reversão da legislação laboral imposta durante o período da Troika, os salários em Portugal manterão a rota de estagnação, defraudando o compromisso da maioria com a recuperação de rendimentos em Portugal e colocando em causa o desempenho da economia.

A Mesa Nacional afirma o empenho do Bloco de Esquerda na convergência em torno de medidas legislativas de valorização salarial, incluindo as pensões, e de combate à precariedade, promovendo uma frente social alargada de luta pelos direitos do trabalho. Este é o desafio central no atual momento político, que exige o esforço de toda a maioria parlamentar, e que aguarda resposta do governo e do Partido Socialista.

II. A AUSÊNCIA DE INVESTIMENTO PÚBLICO E DE INVESTIMENTO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARALISA O ESTADO E IMPEDE A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À AUSTERIDADE DO CICLO POLÍTICO ANTERIOR

Nos últimos dois anos o governo decidiu atingir metas de déficit abaixo do inicialmente previsto nos Orçamentos do Estado e acordado com Bruxelas. Esta decisão paralisa o país ao impedir que o crescimento económico reverta a favor de investimentos estratégicos e urgentes para responder às debilidades económicas e sociais do país.

Em 2016 o Governo poderia ter investido mais de mil milhões de euros, e em 2017 o dobro desse valor, e mesmo assim ter atingido metas muito ambiciosas de consolidação orçamental no curto prazo. A escolha por ir além dos compromissos europeus, que já colocam tantos constrangimentos ao país, tem um custo: o investimento público é praticamente inexistente e os serviços públicos acumulam fragilidades.

III. Na saúde, à falta de investimento, junta-se a incapacidade do Ministro da Saúde para negociar com todas as profissões do sector e a insistência na política de favorecimento do setor privado, que vem sangrando o Serviço Nacional de Saúde de profissionais e de orçamento. O Bloco de Esquerda promoverá, por todo o país, vários debates e iniciativas em defesa do SNS. Em abril, realizar-se-á, em Lisboa, uma conferência nacional sobre o SNS.

O movimento amplo em nome de uma nova lei de bases da saúde, e, em particular, o contributo concreto de António Arnaut e João Semedo, devem ter consequência no tempo da atual legislatura.

IV. A PRIVATIZAÇÃO DOS SETORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA FOI UM ERRO COM ENORMES CUSTOS PARA O PAÍS.

O elevado preço da energia, a destruição da PT ou o degradar acelerado do serviço postal, entre outros exemplos, exigem uma ação determinada do Estado para defender as populações e garantir o seu direito de acesso a bens e serviços fundamentais.

O Bloco de Esquerda tem apresentado de forma consistente propostas que protegem o interesse público, incluindo o resgate público de algumas dos serviços e bens privatizados. Estas propostas, para as quais não existe ainda uma maioria parlamentar, podem disputar hoje largas maiorias sociais. O caso dos CTT é emblemático.

Trabalhadores, autarcas e utentes têm vindo a denunciar

o mau serviço postal e a exigir intervenção pública. O regulador do sector, já denunciou que os CTT estão a violar o contrato de concessão em quase metade (5 em 11) dos indicadores de qualidade e o encerramento e alienação de balcões, bem como a intenção de despedir 1000 trabalhadores, agrava este incumprimento.

Cabe ao Estado agir e recuperar os CTT para a esfera pública. Esta decisão é urgente porque os CTT estão ser drenados nos seus recursos logísticos, humanos e financeiros. Os acionistas privados determinam o incumprimento do contrato de concessão de serviço postal, alienam património, despedem trabalhadores e distribuem dividendos mesmo acima dos lucros, ou seja, estão a descapitalizar a empresa.

O Bloco de Esquerda promoverá, apoiará e empenhar-se-á em iniciativas amplas e cidadãs, com iniciativa local e nacional, para a nacionalização dos CTT.

IV. A PROPOSTA DO GOVERNO PARA A DESCENTRALIZAÇÃO, QUE MERECEU JÁ O APOIO PÚBLICO DE PSD E CDS, FALHA O OBJETIVO ENUNCIADO POR SE TRATAR AFINAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DE SERVIÇOS. É UMA PROPOSTA QUE CONTRARIA O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE ACESSO DAS POPULAÇÕES A SERVIÇOS PÚBLICOS FUNDAMENTAIS E QUE PROMOVE A SUA CONCESSÃO A PRIVADOS.

Os municípios portugueses são muito desiguais e cerca de 70% têm menos de 30 mil habitantes. A escala, recursos e meios são insuficientes para novas competências municipais nas áreas da educação, saúde ou segurança social que devem estar a um nível supramunicipal. Municipalizar estes serviços apenas aumenta as desigualdades territoriais e sociais, entre concelhos com mais e com menos recursos. Acresce que, a entrega dessas funções a privados é a nova oportunidade que espreita, com os riscos já conhecidos das experiências danosas da concessão a privados das empresas municipais de água, entre outras.

A descentralização para municípios e freguesias é possível e desejável, mas de acordo com os recursos disponíveis, nomeadamente financeiros, e apenas nalgumas áreas. Perante a ausência de Áreas Metropolitanas e de Regiões administrativas com órgãos diretamente eleitos, ou de um horizonte próximo que as determine como objetivo, a proposta do Governo, se fosse aprovada, tornaria os municípios reféns de uma excessiva concentração de poderes e levaria a uma degradação inaceitável dos serviços públicos e da própria democracia local.

O Bloco de Esquerda promoverá o debate para uma discussão informada e alargada, em todo o país, sobre a descentralização e regionalização.

V. AS ANÁLISES OFICIAIS CONFIRMAM A RESPONSABILIDADE DAS CELULOSES NA POLUIÇÃO DO TEJO, EM PARTICULAR DA CELTEJO.

Com o mais recente escândalo, o Governo ordenou a redução a produção, mas apenas por 10 dias. O Bloco apresentou repetidas iniciativas parlamentares para reduzir a produção da Celtejo à sua capacidade de tratamento de efluentes, propostas sempre chumbadas por CDS, PSD, PS e PCP. A decisão de redução temporária da emissão de efluentes terá sido apenas uma operação cosmética para aliviar a pressão do momento e passados os 10 dias a Celtejo pode voltar a poluir o Tejo. É preciso reduzir de forma definitiva a quantidade de matéria orgânica e altamente poluidora que é despejada (legal e ilegalmente) no rio. **É tempo de acabar com a impunidade de quem polui, para assegurar a sobrevivência do maior rio do país.**

VI. O BLOCO DE ESQUERDA ENTENDE O COMBATE PELA DESPENALIZAÇÃO DA MORTE ASSISTIDA COMO UM CONTRIBUTO DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA AUMENTAR O ESPAÇO DA TOLERÂNCIA E PELO RESPEITO DA LIVRE DECISÃO DAS PESSOAS EM FIM DE VIDA.

O Bloco compromete-se com um processo que junte todas as vozes e todas as forças para a constituição de uma maioria social e política capaz de ser vitoriosa e mudar o país nesta matéria.

V. EM 2018 TERÃO LUGAR A CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA, ASSIM COMO AS CONVENÇÕES REGIONAIS DA MADEIRA E DOS AÇORES. A MESA NACIONAL DECIDE QUE A XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA SE REALIZARÁ NO ÚLTIMO TRIMESTRE DO ANO.